

O TRABALHO DOCENTE DO PROFESSOR DE INFORMÁTICA EDUCATIVA: DESAFIOS POLÍTICO-INSTITUCIONAIS ENTRE O PRESCRITO E O REALIZADO

Alex Sandro C. Sant'Ana (UFPI)

RESUMO

Estudo desenvolvido a partir de uma pesquisa cartográfica sobre o currículo praticado no cotidiano escolar do laboratório de informática de uma escola pública da Educação Básica. O artigo apresenta problematizações sobre as políticas públicas de informática na educação em um âmbito estadual, municipal e em uma escola pesquisada e suas interligações com o trabalho docente do professor de Informática Educativa. A questão principal discutida por este artigo é a de como as políticas públicas de informática na educação podem estar articulados com o currículo praticado pelos professores de Informática Educativa em uma escola pública da Educação Básica. Este artigo é resultado da pesquisa "O Currículo Agenciado com as Tecnologias da Informação e Comunicação no Cotidiano da Educação Escolar" que teve como principal referencial teórico Gilles Deleuze e Félix Guattari.

Palavras-chave: informática na educação, políticas educacionais, trabalho docente, laboratório de informática, Educação Básica.

1 INTRODUÇÃO

Segundo Deleuze (1992, p. 210) “o que a história capta do acontecimento é a sua efetuação em estados de coisas, mas o acontecimento em seu devir escapa à história”. O devir, entendido aqui como um *fluxo de transformação contínua*, escapa e foge a todo instante de uma apreensão, porque ele é um processo *autopoiético* constante: qualquer tentativa de cartografá-lo seria extremamente efêmera e, possivelmente, incoerente. O que se intentou cartografar neste estudo, inicialmente, foi a *efetuação*, como diz Deleuze, ou seja, uma soma de elementos que pode ser expressa na idéia da interconectividade de um *estado de coisas* que existe *virtualmente*, mas que ainda não se *atualizou* no *plano de imanência*. E é nesse e com esse *estado de coisas* que a história é forjada.

Cerca de nove anos atrás, em 1998, antes de existir o profissional *professor de Informática* no laboratório de informática da escola pesquisada em "O Currículo

Agenciado com as Tecnologias da Informação e Comunicação no Cotidiano da Educação Escolar", haviam estagiários que ali trabalhavam e frequentemente estavam em diferentes espaços da escola, fazendo diferentes trabalhos, e que não estavam diretamente ligados à informática educativa. Guardando as “seqüelas” desse período inicial, os atuais professores de Informática Educativa atuam frequentemente como professores mediadores de informática, cargo para o qual estão concursados, mas eventualmente atuam como professores regentes, consultores, técnicos e secretários, de maneira “formalmente informal” e deslocando-se para diferentes espaços da instituição escolar.

[...] partir dos enunciados pessoais de alguém e descobrir sua verdadeira produção, que nunca é realizada por um sujeito, mas sempre por agenciamentos maquínicos de desejo e por agenciamentos coletivos de enunciação que o atravessam e nele circulam, escavando aqui, sendo bloqueados ali, sempre sob a forma de multiplicidades, de bandos, de massas com unidade de ordens diferentes que o freqüentam e o povoam (nada a ver com uma tese tecnológica, nem com uma tese sociológica). Não existe sujeito de enunciação, existem somente agenciamentos produtores de enunciados (DELEUZE, 1990, p. 88).

Nessa *efetuação em estado de coisas* é que a história penetra e forja a experimentação e a criação de um *plano de imanência* que não pertence àqueles que estão no cotidiano, mas que é um *dever* não apreensível nem pela história tradicional, nem por nenhuma forma de linguagem, porque a história tradicional e a linguagem classificam e cerceiam os elementos do cotidiano dentro de idéias limitadas e delimitadas; a experiência do cotidiano sempre vai além, sempre rompe com essa tentativa de ser amarrada e definida, sempre produz *linhas de fuga* de uma compreensão absoluta e universalizável, pois cada contexto é único e *autopoietico*, possibilitando uma multiplicidade na própria língua.

Sem a história, a experimentação permaneceria indeterminada, incondicionada, mas a experimentação não é histórica. [...]. O *dever* não é história; a história designa somente o conjunto das condições, por mais recentes que sejam, das quais se desvia a fim de "dever", isto é, para criar algo novo (DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 210-211).

Então, qual a importância da história? As narrativas e fatos que se apresentavam no *encontro* com o cotidiano permitiam a realização de uma *arqueologia do presente*, cujos elementos aproximativos divergentes e convergentes que emergiam nos discursos dos outros e com os outros e dos saberes e fazeres dos outros, forjavam um *dever*-

educação no laboratório de informática, mas simultaneamente articulado com o coletivo da escola. Nesse sentido, o *dever-educativo* passava pela permissão ao desejo: desejo de experimentar, de sentir, de viver e de transformar a vida mediante o uso das TICs – a vida política e econômica, as políticas públicas e privadas: enfim, um conjunto, uma coletividade.

Eis que o presente e o passado, nesta última síntese do tempo, são apenas dimensões do futuro: o passado, como condição, e o presente, como agente. A primeira síntese, a do hábito, constituía o tempo como um presente vivo, numa fundação passiva da qual dependia o passado e o futuro. A segunda síntese, a da memória, constituía o tempo como um passado puro, do ponto de vista de um fundamento que faz que o presente passe e dele advenha um outro. Mas, na terceira síntese, o presente é apenas um ator, um autor, um agente, destinado a apagar-se; e o passado é apenas uma condição operando por falta. A síntese do tempo constitui aqui um futuro que afirma ao mesmo tempo o caráter incondicionado do produto em relação a sua condição e a independência da obra em relação a seu autor ou ator (DELEUZE, 2006, p. 140).

Ao longo do processo da pesquisa "O Currículo Agenciado com as Tecnologias da Informação e Comunicação no Cotidiano da Educação Escolar" foi produzida brevemente uma cartografia efêmera das políticas de informática na educação no Estado do Espírito Santo, na rede municipal de ensino de Vitória/ES e na escola pesquisada. Seguem a seguir o resultado desse processo.

2 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO NO ESPÍRITO SANTO

Segundo Lombardi (1992), no período de 1986 a 1990 foram realizadas atividades, visando à implantação do Centro de Informática Educativa da Secretaria de Educação do Estado do Espírito Santo (SEDU). A SEDU então enviou um professor selecionado através de teste psicotécnico para participar de um curso de formação. No seu entorno, esse professor elaborou o projeto exigido, e que foi aprovado pelo MEC, efetivando-se assim, a criação do CIED/ED, em 1987.

E em 1991, Lombardi (1992) afirma que o CIED contou com mais de 34 microcomputadores, adquiridos pela SEDU, podendo assim estender o seu atendimento a mais duas escolas [além da EPSG "Desembargador Carlos Xavier Paes Barreto" e ESG "Arnulpho Mattos" contempladas no ano de 1991] "[...] o número de alunos aumentou. Totalizou-se durante o ano, segundo Lombardi (1992, p. 40), um número de

974 alunos atendidos, sendo 806 do 1º grau, 96 do 2º grau, 65 da comunidade e 7 da educação especial.

Nessa época, ainda segundo o estudo de Lombardi (1992), levantaram-se critérios quanto à organização do trabalho do professor e ao atendimento do aluno:

- Em classe de educação especial, atender-se-ia um aluno por computador e cinco para cada professor/mediador.
- Em classe de 2º a 8º série, dois alunos por computador e 5 computadores por mediador.
- Em classe de 2º grau, dois alunos por computador e oito computadores por professor/mediador.
- Para uma carga horária de 25 horas semanais, o professor teria 10 horas reservadas para encontros semanais, divididas em horas de estudo, reuniões de avaliação do desenrolar pedagógico dos trabalhos e reuniões administrativas.
- Elaboração de um relatório bimestral, relatando e analisando o desenvolvimento dos alunos (LOMBARDI, 1992, p. 38).

Fazendo um paralelo entre os critérios adotados na organização do trabalho do professor [de informática] e no atendimento do aluno no ano de 1991 com os de 2007 (ano desta pesquisa), pode-se inferir que o item que aponta “dois alunos por computador” permanece extremamente atual, tendo relação direta com o que foi constatado no laboratório de informática pesquisado. Já no caso da carga horária do professor de Informática, ocorreu uma perda do tempo reservado para planejamento em relação ao do ano de 1991, uma vez que esse professor foi enquadrado dentro da perspectiva dos demais professores regentes, passando a dispor, atualmente, de um total de cinco horas reservadas ao planejamento em relação às vinte horas trabalhadas com os alunos, totalizando vinte e cinco horas semanais de trabalho. Finalmente, em relação ao item que cita a “elaboração de um relatório bimestral, relatando e analisando o desenvolvimento dos alunos”, infere-se que ocorreu uma situação contemporânea negativa para o processo de avaliação do aluno no laboratório de informática: o professor de Informática não possui nenhum instrumento em processo para a avaliação, tais como um diário de classe, nem tem a obrigação de elaborar um relatório, visto que o espaço-tempo do laboratório está reservado para ser utilizado nas aulas dos professores regentes. Assim, como a aula pertence ao professor regente de uma determinada disciplina, tal avaliação do uso das tecnologias só pode ocorrer caso haja consentimento da parte dele, em caráter não-obrigatório e em conjunto ou não com o professor de Informática.

Ainda no âmbito do estado do Espírito Santo, com a Portaria n.º 522 de 09 de abril de 1997, foi implantado o Programa Estadual de Informática na Educação (ProInfo-ES), que foi uma iniciativa da Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), desenvolvido em parceria com os estados e municípios. Este Programa teve como objetivo disseminar o uso pedagógico das tecnologias da telemática nas escolas públicas de Ensino Fundamental e Médio, pertencentes às redes estadual e municipal de ensino.

É possível inferir que o ProInfo foi um dos geradores da concepção atual do trabalho do profissional *professor de Informática* na Rede Municipal de Ensino de Vitória/ES, evidenciado na pesquisa como sendo um mediador entre os objetivos dos professores regentes e os conteúdos programáticos de suas respectivas disciplinas, inter-relacionando-os à informática. De acordo com o ProInfo cada laboratório implantado contaria com três professores efetivos da rede pública de ensino, regentes de classe, com habilitação em curso superior e formação em informática educativa oferecido pelo Núcleo de Tecnologia Educacional (NTE). Esses professores atuariam como mediadores ou facilitadores no laboratório de informática da escola, planejando, juntamente com professores de diferentes disciplinas, os projetos pedagógicos a serem desenvolvidos com os alunos. Os laboratórios estariam então integrados pedagogicamente ao NTE de sua respectiva região. Os NTEs foram criados pelo Governo do Estado do Espírito Santo, mediante a Lei Complementar n.º 121, publicada no Diário Oficial de 2 de setembro de 1998.

Por fim, pelo ProInfo seria de responsabilidade das escolas a coordenação administrativa e funcional do pessoal dos laboratórios.

Em seguida, no Decreto n.º 4.537 - N, de 31 de dezembro de 1999, em seu art. 8º, § 2º, o Governo do Estado do Espírito Santo fixou as regras para seleção de professores do laboratório de informática, que foram algumas das bases para o último concurso público para professores na Rede Municipal de Ensino de Vitória, iniciado no segundo semestre do ano de 2005 e finalizado no primeiro semestre do ano de 2006. Tal concurso, promovido pela PMV, baseou-se nas alíneas *C* e *E*, citadas logo abaixo, como pré-requisitos para inscrição. Ressalta-se o fato de ter sido excluída parte da alínea *E*, que requeria do candidato a participação em um curso de capacitação em informática

educativa oferecido especificamente pelo NTE; tal curso, de oitenta horas, foi requerido, mas poderia ser ofertado por outras instituições.

- § 2º - A seleção dos professores será feita obedecendo os seguintes critérios:
- a. serem efetivos ou celetistas na escola onde está localizado o laboratório de informática;
 - b. estarem em regência de classe;
 - c. possuírem formação para o exercício do magistério em nível médio ou superior;
 - d. comparecerem às etapas da seleção (ficha de inscrição e entrevista) desenvolvidas pelo NTE;
 - e. participar de curso de capacitação em informática educativa de 80 (oitenta) horas, oferecido pelo NTE.

Segundo Teixeira (2006, p. 103), o ProInfo-ES sofreu reformulações profundas no final de 2004 e no primeiro semestre de 2005, sistematizadas no documento intitulado “Programa Estadual de Informática na Educação: Acesso ao Futuro”, lançado oficialmente em 7 de junho de 2005. Enquanto no município de Vitória/ES foram contratados primeiramente estagiários, que, posteriormente, foram substituídos por professores com licenciatura plena, a autora aponta que, no caso da Rede Estadual de Ensino, a política representou um retrocesso, porquanto a grande mudança, implantada pelo documento supracitado, foi a retirada dos professores/mediadores dos laboratórios e a sua substituição por estagiários.

O ProInfo-ES, instituído nacionalmente em abril/1997, conforme Portaria do MEC n.º 522 de 9 de abril de 1997, entre cujas diretrizes constava a nomeação de professores para o laboratório de informática, que possuíssem licenciatura plena e mais um curso adicional de oitenta horas em informática educativa, foi o precursor dos critérios de seleção do concurso público do magistério de Vitória/ES, ocorrido no ano de 2005-2006 cujos professores foram nomeados no primeiro semestre de 2006.

3 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VITÓRIA/ES

Ao visitar o *site* da Prefeitura Municipal de Vitória/ES (PMV) e acessar o *link* da Secretaria Municipal de Educação (SEME), observou-se a inexistência de Diretrizes Curriculares disponíveis *on-line*, especificamente para o uso do laboratório de

informática no cotidiano escolar das escolas de Ensino Fundamental e de Educação Infantil. Existe o argumento recorrente no cotidiano escolar e nos discursos, nos *dias de formação do professor de Informática*, promovidos pela SEME, de que a informática não é uma disciplina e talvez por isso não haja diretrizes, mas, nos documentos na Gerência de Tecnologia Educacional (GTE) da SEME, constata-se algumas idéias recorrentes, iniciadas e propagadas pelo ProInfo, da concepção do professor de Informática como mediador, entre outras questões que são propagadas oralmente no cotidiano e que constavam em um documento dentre os dois que foram recebidos via *e-mail* da própria GTE-SEME.

Após solicitar e receber via *e-mail* o documento “Função do Professor de Informática Educativa da Rede Municipal de Ensino de Vitória”, percebe-se que o documento não se restringe somente à função do professor de Informática: ele faz referência também à função do laboratório de informática na escola.

O Laboratório de Informática constitui-se em mais um espaço educativo na escola e tem como objetivo desenvolver um trabalho de integração entre os conteúdos escolares e as novas tendências tecnológicas do mundo globalizado. Nesse sentido, o trabalho desenvolvido nos diferentes tempos e espaços escolares, deverá ter um caráter colaborativo, potencializando a execução de projetos e atividades afins, associadas ao desenvolvimento social, afetivo e cognitivo de nossos alunos, partindo-se do pressuposto de que a atuação desse profissional não se restringe ao espaço do laboratório de informática. (GTE-SEME, Acesso em 19 abr. 2007).

Assim, nessa citação acima, constata-se que além de o laboratório de informática ser considerado mais um espaço educativo, apresenta-se um brevíssimo embasamento teórico para o atributo de mediador ao professor de Informática, ao ser citado o caráter colaborativo desse *locus*. Há ainda o caráter demasiadamente extenso da especificidade do trabalho do mediador, ocorrendo sempre como *populações* (DELEUZE; PARNET, 1996, p. 40), e essa política expressa-se no trabalho do professor no cotidiano escolar, o qual, por sua vez, já tem um legado deixado pelos monitores/estagiários que ali trabalharam e que prestavam diversos serviços na escola, deslocando-se em diversas funções nos mais diferentes espaços educativos. Esse parágrafo também afirma a característica assumida pela aplicação da informática na educação no Brasil que é a de ser um apoio pedagógico aos conteúdos das disciplinas inter-relacionando-os com as TICs.

Após esse primeiro parágrafo, o documento cita dez atribuições para o professor de Informática, que nesse momento é denominado de “professor de Informática educativa”. Destaca-se que no concurso público de provas e títulos de 2005-2006, ocorreu apenas a menção “professor de Informática”, não sendo mencionado se era de “informática educativa” e/ou “professor mediador”, embora o documento enviado pelo GTE-SEME faça tais menções. Seguem abaixo as dez atribuições apresentadas no documento para esse profissional.

- Sensibilizar a comunidade escolar sobre a importância de uso dos recursos existentes no laboratório para a melhoria na qualidade da educação e no desenvolvimento de atitudes colaborativas;
- Criar um ambiente motivacional de alfabetização, socialização e comunicação, colocando cartazes, reportagens e outros recursos que facilitem a troca de conhecimento e informação;
- Cuidar da organização do laboratório de informática e da manutenção dos computadores;
- Assessorar o uso pedagógico das TIC nos outros espaços pedagógicos da escola (bibliotecas, salas de aula, secretaria, etc);
- Auxiliar o aluno e demais pessoas interessadas a utilizar os computadores, adquirindo habilidade de manuseio das máquinas e seus programas, a realizar pesquisas na internet e buscar informações necessárias para a realização de seus trabalhos;
- Orientar professores e alunos sobre o uso dos softwares disponíveis, de acordo com o conteúdo das disciplinas e o objetivo das aulas;
- Incentivar projetos colaborativos envolvendo professores, alunos, escolas e comunidade (ex.: Projovem, Escola Aberta), utilizando recursos variados (TV, vídeo, livros, internet, visitas monitoradas, visitas de estudo, entrevistas, etc);
- Planejar as aulas no laboratório de informática junto com o pedagogo e/ou os professores da escola;
- Incentivar a formação continuada individual e coletiva de professores no uso das novas tecnologias na educação;
- Organizar com o CTA da escola momentos de planejamento, visando integrar as diferentes áreas de conhecimento. (GTE-SEME, Acesso em 19 abr. 2007.)

De maneira geral, o professor e o laboratório de informática atuam no reforço do conteúdo das respectivas disciplinas da grade curricular da escola, seja como um complemento e/ou extensão das atividades desenvolvidas em sala de aula seja como um espaço educativo interdisciplinar para os professores regentes integrarem os conteúdos das diferentes áreas de conhecimento em que atuam com as novas tecnologias. Embora essa atuação seja a mais recorrente, o documento supracitado possui "brechas" que remetem vez ou outra a um profissional "faz-tudo", tendo que atuar em diferentes ambientes.

4 BREVE HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO NA ESCOLA PESQUISADA

As práticas de incorporação e/ou recusas da informática nos ambientes educacionais provocam mudanças educacionais, e essas, por sua vez, representam impactos dos mais variados tipos nas técnicas de atuação do *professor*, nas atribuições oneradas à *escola*, nas idiossincrasias dos *alunos* e no desenvolvimento ou não da sociedade. Questões como “qual é o papel da escola diante dessa realidade?” e “qual é o perfil do profissional e cidadão que queremos formar?” emergem nos mais variados momentos dos saberes e fazeres dos educadores na escola e de diversos outros segmentos da população em geral. Infere-se, a partir do cotidiano observado, que o profissional e cidadão contemporâneo é e será cada vez mais independente, mas simultaneamente inter-dependente, agirá mais ativamente e autonomamente. Ao mesmo tempo continuará havendo um coletivo nos espaços-tempos vividos no *plano de imanência* e também no ciberespaço, que gerará *feedback* sobre suas ações: ele se comunicará de forma mais abrangente, terá uma visão local e global numa perspectiva mais ampliada e será cada vez mais autodidata.

É nesse contexto contemporâneo de *fluxos de transformação contínua* dos indivíduos que é forjado um novo paradigma educacional com as tecnologias: a instituição escolar é quem deve atender ao aprendiz em suas especificidades e não o contrário; cada aluno tem um modo diferenciado de aprendizagem; a ênfase desloca-se do ensinar para o *aprender* ou para a *aprendência* (ASSMANN, 2004); cabe ao educador provocar espaços-tempos educativos que promovam a aprendizagem ativa; o currículo deve ser agenciado e, nesse sentido, flexível e significativo – não mais a cópia, a busca do resultado (a nota, a resposta, o diploma, o certificado) a qualquer preço; o educador permanecerá cada vez mais em um *fluxo de transformação contínua* podendo tornar-se ainda um intelectual e pesquisador; emerge o ciberespaço como um novo espaço-tempo educativo e a *cibercultura* como o resultado das relações tecidas nesse âmbito; é imprescindível que tanto os educadores quanto os alunos tenham acesso as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) e aprendam a operá-las; ocorrerá freqüentemente uma maior valorização da qualidade do ambiente de aprendizagem e não somente nos processos educacionais e de ensino-aprendizagem em si.

Foram sistematizadas algumas das idéias recorrentes no cotidiano escolar do laboratório de informática pesquisado. Nesse sentido, cartografou-se a perspectiva de que um indivíduo é um agente de sua aprendizagem caso, além de consumir informações, ele se torne também um protagonista de sua aprendizagem; seja um produtor de *redes de conhecimentos* e também alguém que assuma politicamente suas relações de poder e de desejos numa *inteligência coletiva* que está sendo a todo o momento tecida; tenha ainda as condições de se fazer passar por essa *redes colaborativas* em um *fluxo de transformação contínua* de si e do mundo. Nesse sentido, a educação é um processo inventado por protagonistas e não por expectadores, numa força-ativa que permite os fluxos e caos, algo como um “*big bang*” ativo; algo como um *devir-produção intensivo*. Nesses fluxos organizacionais caóticos (in)surgem os *simulacros*, que são uma *atualização* do protagonismo dos agentes educativos e aprendentes em *possibilidades-outras* de formações de enunciados e produções maquínicas de desejos envolvendo a razão e a produção de subjetividade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história das técnicas, segundo Deleuze e Parnet (1996, p. 128), “mostra que um utensílio não existe fora do agenciamento maquínico variável que lhe dá tal ou tal relação de vizinhança com o homem, os animais e as coisas [...]” sendo que “a máquina é social no seu sentido primeiro, e é anterior relativamente às estruturas que atravessa, aos homens que distribui, aos utensílios que seleciona, às técnicas que promove”. Nessa perspectiva, a produção de modos de existência no cotidiano escolar do laboratório de informática não ocorre a partir dos artefatos culturais que lá estão, mas, sim, a partir dos múltiplos usos e também recusas desses objetos por parte dos agentes desse meio envolvidos no processo. O engendramento de *redes colaborativas* e de redes de conhecimentos com as TICs produziram um *currículo agenciado* no qual a sua processualidade, por sua vez, forjava *fluxos de transformação contínua* dos professores.

É possível inferir que os papéis (*simulacros*) desempenhados, recusados, assumidos e forjados pelos professores no cotidiano escolar do laboratório de informática influenciam e permitem conceituar o processo da tessitura das redes de conhecimentos. Dentro dessa problemática geral, considerou-se que o ato dos professores de se apropriarem e, simultaneamente, recusarem o uso das tecnologias está

perpassando freqüentemente a produção de subjetividades, produzindo processualmente um *currículo agenciado*, e forjando *fluxos de transformação contínua* de si e do mundo.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação: Rumo à sociedade aprendente**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. 251 p. ISBN 85-326-2024-8.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Portaria nº 522, de 09 de abril de 1997. **ProInfo**: Programa Nacional de Informática na Educação, 9 abr. 1997. Disponível em: <<http://www.proinfo.mec.gov.br/site/conteudo.php?id=34&nivel=0&hierarquia=Portaria de Criação>>. Acesso em: 14 set. 2007.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Tradução de José Gabriel Cunha. Lisboa: Relógio D'Água, 1996. 185 p. ISBN 972-708-772-8.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Tradução de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. 232 p. (Coleção TRANS). ISBN 84-490-04-7.

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. 2. ed. Tradução de Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 437 p. ISBN 85-7038-071-2.

DELEUZE, Gilles. Quatro proposições sobre a psicanálise. In: GUATTARI, Félix; FUGANTI, Luiz; DELEUZE, Gilles; BAREMBLITT, Gregório F.; FRAYZE - PEREIRA, João; PELBART, Peter Pál; LANCETTI, Antonio. **Saúde Loucura 2**. 2. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1990. p. 83 - 91. 147 p. ISBN 85-271-0130-0.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. 288 p. (Coleção TRANS). ISBN 85-85490-02-0.

ESPÍRITO SANTO (Estado). LEI COMPLEMENTAR N. 121 - CRIA NTE - - DIÁRIO OFICIAL 02/SETEMBRO/1998. CRIAÇÃO PROINFO/MEC. **ProInfo-ES**: Programa Estadual de Informática na Educação, Vitória, 29 dez. 1999. Disponível em: <<http://web.archive.org/web/20050311063004/www.proinfo.es.gov.br/legislacao.htm>>. Acesso em: 14 set. 2007.

LOMBARDI, Delza Tereza. **Informática Educativa no CIED/ES**: características do professor-mediador atuante no ambiente Logo. 1992. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1992.

VITÓRIA (Prefeitura Municipal). SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. GERÊNCIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL. **arquivos** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <alexsantana7@gmail.com> em 19 abr. 2007.